



**Denise Pereira  
(Organizadora)**

# **A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Denise Pereira**  
(Organizadora)

# A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-283-8

DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.  
Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
<a href="#">Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
<a href="#">Kátia Sausen da Motta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<a href="#">Luciana de Moraes Trombeta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
MEDIÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
<a href="#">Priscila Lopes d'Avila Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
<a href="#">Angélica Szeremeta</a>	
<a href="#">Alfredo Cesar Antunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
"O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO". CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL "A LIBERDADE"	
<a href="#">Mariana Nunes de Carvalho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
<a href="#">Bianca Racca Musy</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
<a href="#">Rosimeire Gonçalves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925048</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>83</b>
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>97</b>
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>107</b>
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>117</b>
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>138</b>
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>147</b>
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>156</b>
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>167</b>
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250417</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>179</b>
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
<a href="#">Pedro Nogueira da Gama</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>195</b>
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
<a href="#">Bruno Tavares Magalhães Macedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>204</b>
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
<a href="#">Cícero Joaquim dos Santos</a>	
<a href="#">Rafael Gonçalves de Araújo</a>	
<a href="#">Antônio Carlos Dias de Oliveira</a>	
<a href="#">Teófilo Silva Primo Correia</a>	
<a href="#">Zuleide Fernandes de Queiroz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>211</b>
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
<a href="#">George Vidipó</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>223</b>
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
<a href="#">Glauco José Costa Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250422</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>231</b>

## UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II

**George Vidipó**

Seeduc-RJ

Secretaria de Estadual de  
Educação do Rio de Janeiro

**RESUMO:** Em 15 de julho de 1889, o português Adriano Valle deu “Vivas ao Partido Republicano” perante o Imperador e tentou contra a sua vida com tiros. Seu ato provocou uma nódoa na colônia portuguesa e nos republicanos. Este artigo analisa como os jornais, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, trataram o evento e os seus desdobramentos que feriram a imagem dos lusitanos no Brasil.

Atentado contra Dom Pedro II – Imprensa Neutra – Portugueses.

**ABSTRACT:** On 15 July 1889, the Portuguese Adriano Valle gave “Viva to the Republican Party” towards the Emperor and tried against himself with gunfire. His act caused a stain on the Portuguese colony and the Republicans. This article analyses how the newspapers, *Gazeta de Notícias* and *O Paiz*, treated the event and their developments that injured the image of the Lusitanians in Brazil.

Attack Dom Pedro II - Neutral Printing - Portuguese.

### 1 | INTRODUÇÃO

Quando o português Adriano Augusto Valle, na noite de 15 de julho de 1889, atirou em direção ao Imperador Dom Pedro II, colocou em xeque a imigração, que estava em curso no Império, e o movimento republicano. Este artigo analisará como dois jornais, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, trataram o evento e seus desdobramentos. Os dois periódicos optaram por acompanhar todo o processo criminal e serviram como base para defesa do acusado pelo crime.

### 2 | O ATENTADO<sup>1</sup>.

Na noite do dia 15 de julho de 1889 o Imperador e sua família assistiram a um espetáculo no Teatro Sant’anna<sup>2</sup>. Ao saírem, durante a preparação para pegarem as carruagens, do meio da multidão se ouviu um grito “- Viva o Partido Republicano”.

Os que estavam a porta e os que deixavam o Teatro, em protesto, deram “- Vivas a Monarquia. Vivas a Família Imperial”. E sucedeu-se uma onda de apoio a “Imperial Família”.

O Imperador então tranquilizou a multidão

<sup>1</sup> Relato dos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Apóstolo* do dia 17 de julho de 1889.

<sup>2</sup> Hoje Teatro Carlos Gomes, Praça Tiradentes, Rio de Janeiro.



“- Não se assustem”. O piquete que o acompanhava ameaçou desembainhar a espada, mas D. Pedro II ordenou que não o fizesse. Após tomar as carruagens, a Imperial Família se dirigiu ao Paço da Cidade e, ao passarem em frente ao restaurante “Maison Moderne”, na praça da Constituição<sup>3</sup>, localizado na esquina da rua Espírito Santo e travessa Barreira, onde se agrupavam um grupo de indivíduos, foi dado “um ou dois disparos” em direção as carruagens. Estas e o piquete não pararam e seguiram o seu caminho. Em frente ao restaurante, se “estabeleceu a maior confusão, e era grande a confusão, e era grande a indignação das pessoas que presenciaram o fato”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de julho de 1889: 1)

Foi convocado o 1º delegado de polícia, Dr. Bernardino Ferreira, auxiliado pelo capitão Lyrio e major Valadão buscaram o responsável pelo disparo. Após a diligência, às 2 1/2 da madrugada do dia 16 de julho prenderam o português Adriano Augusto do Valle em um bonde na rua Gonçalves, no Jardim Botânico.

Descobriu-se que Valle fora quem também gritara “- Viva o partido republicano” e que se retirara para o “Maison Moderne” e de lá atirara em direção a carruagem do Imperador. Ele, antes, junto com outros rapazes, em bebedeira, afirmara que teria coragem de dar “Vivas a República” diante do Imperador. Incentivado pelos colegas e o absinto atirara e depois fugira. Tentara se esconder em hotéis na redondeza, mas todos estavam cheios. No Hotel Provençaux, pediu que o caixeiro Antônio José Gonçalves guardasse os dois revólveres que possuía.

Ao ser descoberto pela polícia, resistira à prisão, e depois confessou que atirara contra o Imperador e que deras o “Vivas”, porém alegou que a cabeça estava tonta com absinto. Na prisão, no primeiro dia, tentou o suicídio, por isto ficou sendo supervisionado.

A polícia levantou que Adriano Augusto Valle tinha 20 anos de idade, era português de nascimento e tinha a profissão de caixeiro. O delegado solicitou sua prisão preventiva e assim aconteceu, ficou preso até o julgamento em novembro de 1889.

## 2.1 O desenvolvimento do evento através dos jornais.

Os jornais da cidade a partir do dia 17 de julho passaram a relatar o acontecimento, de acordo com os documentos oficiais da polícia e o levantamento dos repórteres junto as testemunhas.

Dar “Vivas à República” não era algo novo no ano de 1888 e 1889. Em 31 dezembro de 1888, no Rio de Janeiro, no Ginásio Francês, em uma Conferência Republicana liderada por Silva Jardim, houve um confronto entre republicanos e monarquistas. Nesse dia houve “vivas e morte a república e a monarquia”. O conflito durou uma tarde e uma noite, e os jornais condenaram a ação do governo e da monarquia. (VIDIPÓ,

---

<sup>3</sup> Hoje Praça Tiradentes.

2016: 77,78)

Para os leitores dos periódicos não era algo novo dar e ouvir “Vivas à república”, no entanto foi a primeira vez em que o Imperador fora confrontado ou “ofendido” (GAZETA DE NOTÍCIA, 17 de julho de 1889: 1). Isso e “o atentado” provocaram uma comoção nacional. Entre os meses de julho e agosto na *Gazeta de Notícias*, pouco no jornal *O Paiz*, houve registros de recebimentos de telegramas de toda parte do Império saudando o monarca e dando felicitações por ter sido salvo dos tiros. Nesses meses também foram oferecidas missas em ação de graça pelo livramento de Dom Pedro II do ato de Adriano Valle.

Os jornais da Corte tiveram que dar atenção ao evento. A monarquia passou a ter grande consideração do público e ser “bem-vista”. Por algum momento a república foi rejeitada. O ato do português Adriano Valle colocou em xeque o movimento republicano e também o imigrante.

A imigração europeia, como substituição da mão de obra negro-escrava, estava crescendo na década de 1880. Essa era vista como um dos pilares para a modernização do país. A *Gazeta de Notícias*, bem como *O Paiz*, saudavam a imigração, pois ela trazia civilidade.

Na década de 1870, crescia no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, um novo tipo de jornal, a imprensa-empresa. Essa não mais atendia ao interesse político do redator-chefe, que era também o principal financiador do jornal (SODRÉ, 1999. ALONSO, 2002: 276). Ela não tinha uma base partidária ou objetivo político definido. Esta procurava ser um noticioso, ser informativa e propunha ser apartidária, ser neutra e, como uma empresa, buscava gerar lucro. Esses periódicos buscavam uma independência financeira e isto era conseguido através da venda de anúncios.

Os melhores exemplos desse tipo de empresa eram os jornais *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*. O segundo criado em 1874, tinha gráfica própria e era vendido a 40 reis. Foi inovador em seu tempo, pois introduziu a venda avulsa nas ruas e a um preço popular.<sup>4</sup> O periódico desde o princípio se propôs neutro, sem opção partidária, e ser um noticioso. Esses jornais se declaravam “imprensa neutra” ou “jornais neutros”. (VIDIPÓ, 2018b)

O jornal *O Paiz*, criado em 1884, tinha como referência a *Gazeta de Notícias*, sendo de propriedade do português João José Reis Júnior, filho do Conde de Matosinho (português rico e influente na Corte de Lisboa e do Rio de Janeiro). Inicialmente teve como redator-chefe Ruy Barbosa e posteriormente substituído por Quintino Bocayuva que permaneceu no jornal até 1901<sup>5</sup>. Esse era republicano e um dos redatores do Manifesto Republicano de 1870. Ao longo da década, o jornal deu atenção e voz a causa republicana, embora se declarasse “imprensa neutra”.

---

4 Segundo Marialva Barbosa a Revista Ilustrada em 1886 tinha o preço avulso de 1\$000 e a *Gazeta de Notícias* tinha o preço de 40 réis. (BARBOSA, 2010: 102)

5 Quintino Bocayuva assumiu o posto de redator-chefe do jornal em 15 de novembro de 1884.

A pesquisadora Andrea Pessanha estudou dois jornais, em sua tese de doutorado, *O Paiz* e a *Gazeta Nacional*, o primeiro se declarava “neutro” e o segundo órgão do Partido Republicano. Pessanha observou que, ao se declarar republicano, a *Gazeta de Nacional* limitou seu público consumidor e, por isto, sempre teve dificuldades de econômicas. Já o jornal *O Paiz*, embora tivesse como líder o chefe do Partido Republicano, se declarava “imprensa neutra” ou “democrática”<sup>6</sup>, por isso atingia um público maior de leitores e mais vendas de anúncios. Para autora a “neutralidade” do periódico era uma estratégia de mercadológica. (PESSANHA, 2006: 94-95).

A *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* tendo um público leitor amplo e a presunção de “neutralidade” podiam defender ideias e posições políticas. Pois, para o leitor, os jornais e os jornalistas eram íntegros e defensores da verdade. (BARBOSA, 2010)

Em pesquisa anterior, observamos que a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* eram defensores da imigração europeia e da pequena propriedade como mecanismo para a modernização do país. No entanto, nos anos de 1888 e 1889 o jornal *O Paiz*, não abortou o assunto, uma vez que Bocayuva havia feito um acordo com os grandes proprietários de terras. Sobretudo, porque Dom Pedro II, em maio de 1889, passou a ser defensor da pequena propriedade. (VIDIPÓ, 2018a)

Quanto à política, a *Gazeta de Notícias* nunca assumiu uma posição clara, mais nos anos de 1888 e 1889, o redator-chefe Ferreira de Araújo na coluna “Cousas Políticas”, passou a dizer que tinha “tendências republicanas”. Isso não o impedia de apoiar as políticas da Monarquia, acreditava que assim estava sendo “neutro” e contribuindo para a modernização do país.

Desta forma Adriano Valle, um imigrante, fez com que os jornais tomassem posições, pois foi um ato político e republicano. Os portugueses compunham a maior colônia de imigrantes do Rio de Janeiro. Segundo Marcelo Badaró (2008), os portugueses haviam modificado as relações de trabalho da cidade, pois, a partir de 1870, eles haviam assumido a primazia dos trabalhadores. Segundo o pesquisador, no século XIX, o Rio de Janeiro, teve três fases no mercado de trabalho: até 1850, era majoritariamente africana; de 1850 até 1870, luso-africana; e na última fase, luso-brasileira. Os lusitanos também faziam parte da elite econômica, pois tinham negócios importantes na Corte.<sup>7</sup>

No dia 15 de julho de 1889, a ação de caixeiro português, colocou em perigo o prestígio da comunidade portuguesa. Nos 48 anos de reinado de Dom Pedro II nada parecido havia acontecido.

O jornal *O Paiz*, nos meses de julho a novembro, acompanhou o evento e o processo criminal com o título das matérias de “O atentado. Tentativa contra o imperador.” A sua versão sobre o evento foi publicada no dia 18 de julho, pois alegou que não havia espaço na edição anterior. Entretanto, no dia anterior, Quintino Bocayuva

6 O Paiz passou a utilizar o termo “imprensa democrática” após 1886.

7 Em pesquisa no Arquivo Nacional, no livro da Junta Comercial do Rio de Janeiro, entre os anos de 1880 e 1900, 70% das empresas abertas eram propriedades de portugueses.

assinou um editorial com o título “Os dois fatos”, onde procurava retirar do Partido Republicano a culpa, ou ser o motivador do ato de Adriano Augusto Valle. Argumentou que a “marcha acelerada da propaganda republicana visa um ideal político e se apoia em princípios” (O PAIZ. 17 DE JULHO 1889: 1), desta forma o movimento não era baseado na violência ou nas armas, e que eles, os republicanos, “seriam levados a supor que o resumido atentado foi obra de encomenda para reavivar a simpatia política para a causa monárquica” (OP. CIT.). Desta forma, para Bocayuva, Valle seria: “O fanático ou idiota que assim o procedesse ainda que influenciado pelo pai da política, atrasaria a marcha da ideia republicana e retardaria o seu triunfo”. (OP. CIT.)

Entretanto, para os republicanos, em sua propaganda à execução da família Imperial ou parte dela não era desconhecida. No ano anterior, Silva Jardim em seus “meetings” havia proposto:

Execução? Sim, execução. Matar? Sim! Que não derrame-se uma gota de sangue de brasileiros, mas que o Expatriado não se oponha entre a Liberdade e a Pátria! Matar? Matar, sim, matar. É perdição o sentimentalismo em política; a pena de morte deve existir para esse caso extremo, o daquele, que o Cardeal Richilieu chamava o mais sujo dos crimes: a traição à Pátria! Matar, sim, se tanto for preciso; matar. Abdicação, ou deposição, exílio ou execução. (SILVA JARDIM. Apud: FERNANDES, 2008: 115)

Bocayuva nega-se a lembrar que o principal propagandista da República defendia algo tão radical. Talvez porque todas as instituições e a sociedade imperial se manifestaram contra o “ato infame” do português Adriano Valle.

Assim, o periódico passou a relatar o evento para seus leitores sempre propondo dúvidas:

Antes de tudo, devemos declarar que ainda não sabemos se houve ou não um atentado premeditado ou diretamente praticado em intenção criminosa de atingir a pessoa do chefe de estado.

(...) Todos os boatos e referências as declarações que lhe [o réu] atribuem, são simples balelas ou conjecturas formadas sob a impressão de circunstâncias e antecedentes conhecidos de várias pessoas.

Os próprios documentos oficiais não concordam entre si; ... (O PAIZ, 18 de julho de 1889: 1)

Já a *Gazeta de Notícias* relatou o evento e seus desdobramentos de acordo com o levantamento de seus repórteres e dos documentos oficiais. O jornal procurava separar a notícia do evento da opinião. Para isso, o periódico utilizou duas colunas, “Cousas políticas”, do redator-chefe Ferreira de Araújo, e “Chronicas da Semana”, de Dermeval Fonseca.

Desde o dia 17 de julho, o noticioso classificava como um ato “repugnante” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de julho de 1889: 1) e posteriormente definiu como uma “grosseria” de Adriano ao ter gritado “- Viva o Partido Republicano” diante do Imperador. Ferreira de Araújo assim expõe:

Dois fatos que se passaram o primeiro, o dos vivos, é simplesmente uma grosseria. O imperador não se achava em exercício de funções majestáticas, não há ato seu que existe paixões; são conhecidas as tendências conciliadoras do seu espírito, sua bondade natural, e, se tem sido acusado de corromper, ninguém pode com justiça acusar de ter usado de violência contra quem quer que seja. (OP. CIT.)

A *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* tinham a mesma opinião, que o “atentado” poderia servir para o “Gabinete de 7 de junho”, do presidente do Gabinete Visconde de Ouro Preto, fortalecer a Monarquia. Sendo assim buscaram colocar dúvidas e rebaixar o evento, a algo pessoal e inconsequente de um jovem. Demerval Fonseca, na “Chronica da Semana”, assim retratou o Adriano Valle:

Sabia-se que Adriano, pobre caixeiro desempregado, sem imputabilidade moral, nem educação social ou política, depois de ter se servido de alguns cálices de absinto fora as portas do Teatro Sant’anna dá uma prova de má-criação e de imbecilidade, gritando diante do imperador – Viva a República - ... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21 de julho de 1889: 1)

*O Paiz* retratou Adriano Valle, como “moço” e “irresponsável”. Defendia que os brasileiros deveriam ter: “... assistência social e individual [para com Adriano], inspirada no sentimento humano, na consciência do nosso dever, espírito cristão, assistência essa que nunca deve faltar aos próprios criminosos endurecidos, quanto mais a uma criança transviada...” (O PAIZ, 18 de julho de 1889: 1)

A insistência sobre a menoridade de Adriano do Valle, não se sustentava, pois de acordo com o Código Criminal de 1830<sup>8</sup>, a partir dos 17 anos um indivíduo já era responsável pelos seus atos. Chamamos atenção que outro importante propagandista da república, Nilo Peçanha, tinha 20 anos, quando iniciou as jornadas republicanas pelas cidades do norte e noroeste fluminense. Bem como atuação da mocidade militar que fazia barulho, pró-república, nas escolas militares e quartéis. Para *O Paiz*, esses não eram irresponsáveis ou meninos.

O pecado de Adriano era não ter formação superior. Demerval Fonseca assim o classificava “... sem imputabilidade moral, nem educação social ou política, ...”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21 de julho de 1889: 1) Como se pode perceber os dois periódicos se aproximavam na classificação e “defesa” de Adriano.

Adriano Augusto Valle, trazia com seu ato, um outro problema. Ele não era um nacional, era um português, e representava a maior colônia de imigrantes da Corte, bem como, a comunidade mais rica da cidade do Rio de Janeiro. Basta dizer que o proprietário do jornal *O Paiz* era português. Assim, o periódico sai em socorro da colônia:

A nacionalidade portuguesa não pode de modo algum ser lastimada pelo acidente da origem do jovem presumido criminoso. (...)

Ele podia ser brasileiro, turco, um russo, e o seu ato seria sempre um ato de individualismo, reclamando apenas o estudo, o exame, a observação das leis eu

---

8 Código Criminal – Lei de 19 de dezembro de 1830. – Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)

dos homens da ciência. (O PAIZ, 18 de julho de 1889: 1)

Ferreira de Araújo, em sua coluna, retira de Adriano do Valle a nacionalidade portuguesa e lhe dá a brasileira:

... esse rapaz não é propriamente um estrangeiro, no sentido em que essa qualidade pode servir de argumento para tirar valor à tentativa. Veio para o Brasil com 8 anos e hoje tem 20 anos; aqui formou o espírito, e o que se sabe, aqui aprendeu; se alguma pode influir sobre seu espírito – e todos os que conhecem, dizem que nunca cogitou algo – é a política desta terra, a única que ele talvez conheça, e que a conhece. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22 de julho de 1889: 1)

Não houve xenofobismo, ou uma reprodução da “Noite das Garrafadas”, mas a colônia portuguesa teve que se manifestar. No dia 18 de julho o ministério de Portugal no Brasil, na pessoa do Conselheiro Nogueira, convocou uma reunião com os compatriotas para discutirem sobre o “atentado” contra o Imperador. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 de julho de 1889: 1)

Antes de acontecer a reunião, os associados das caixas beneficentes e associações portuguesas lançaram nota na *Gazeta de Notícias* de repúdio e “... redento graças providencia de sua Majestade ter escapado de o atentado”. (OP. CIT.) A diretoria do Liceu Literário Português em nota do dia 17 de julho, anunciou que não concordava com o ato de selvageria contra Dom Pedro II e para entidade fora “cometido por um inconsciente contra a vida de vossa Majestade, porque esse ato não podia ser perpetrado por um português (...). Este ato manou de um louco, e os loucos não têm pátria” (OP. CIT.). Com isso o Liceu inaugurou o despatriamento do “moço” (OP. CIT.) Adriano Valle.

Na reunião, convocada pelo ministério de Portugal com representantes da colônia, foi definida a retirada da nacionalidade portuguesa de Adriano Valle. No entanto, houve protestos nos jornais contra a posição tomada na reunião, principalmente na *Gazeta de Notícias*. As críticas mais veementes eram assinadas por pseudônimos, como o Sancho Panças:

... Faltava a palhaçada de ontem no Gabinete Português, para completar o grotesco do caso do dia 15.

O sr. ministro do rei de Portugal convidou os seus compatriotas não para lhe comunicar que havia deixado de correr à revelia o processo do infeliz Adriano, mas para obrigar a criarem uma felicitação a sua majestade, que escapou de um tiro que não lhe foi dirigido

A mensagem foi proposta e dada a proposta e dada por aprovada, sem se concentrar a discussão. (...)

Nenhum brasileiro, nenhum homem de outra qualquer nacionalidade atirou a responsabilidade da ocorrência de 15 de sobre os portugueses. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 de julho de 1889: 1)

Em outro artigo, de autoria de César Gomes Neves, Firmino Antônio da Silva e José Lopes afirmavam que não foi a totalidade dos portugueses que aprovaram a

resolução liderada pelo Conselheiro Nogueira Soares e solicitavam que se tivesse solidariedade ao “rapaz” como era dada a todos os portugueses. (OP.CIT.)

A *Gazeta de Notícias* lançou um editorial em 26 de julho onde condenava a decisão de “parte” da colônia de negar a nacionalidade e a solidariedade pelo ato de “irresponsabilidade” do “moço” Adriano.

... Nestas circunstâncias, o que nos parece que a colônia portuguesa em peso deveria fazer, se entende que este ato de um compatriota a nódoa, era procurar demonstrar, não repele uma solidariedade de que ninguém a julgou capaz, mas que Adriano, quando praticou o desatino de que o acusam, não era nem português, republicano, mas um exaltado por [bebedeira] ou pro outra qualquer... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25 de julho de 1889: 1)

Esse embate dentro da colônia portuguesa não foi acompanhado pelos leitores do jornal *O Paiz*. Esse se limitou a acompanhar o desenrolar do processo de Adriano Valle, e se tinha alguém ou algo a defender, era Quintino Bocayuva e a República.

Em 28 de julho, na *Gazeta de Notícias*, foi publicada uma carta onde o ministro de Portugal, Sr. Figueiredo Magalhães, explicava o seu ato junto a colônia na reunião do dia 24 de julho no Gabinete Literário Português. Magalhães justificou que não estava defendendo ou condenando o movimento republicano, importava a ele e à colônia inocentar os portugueses de tão “revoltante” ato. Diz ele:

Eu não eliminei nem sequer a colônia portuguesa por figura de retórica, ato repugnante feito, mas simplesmente o ato revoltante do malfeitor, (...), que nos autoriza a tomar a matéria pela forma, a espécie pelo gênero, o concreto pelo abstrato... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 de julho de 1889: 1)

Não sabemos dizer qual o grupo envolvido que deu “solidariedade” a Adriano Augusto Valle, mas o certo que “o moço” não ficou desamparado. Entre a prisão e o julgamento, levaram cinco meses. Nesse período, se formou uma equipe de três advogados para sua defesa. Abaixo, procuraremos descrever como foi esse processo.

## 2.2 O Processo e a Acusação.

Segundo o Código Penal de 1830 todo acusado tinha o direito de ter um “curador”<sup>9</sup>, defensor nomeado pelo Estado. Inicialmente, o 1º delegado de polícia Bernadino Ferreira nomeou o comendador Eduardo F. Teixeira. Esse, entretanto, alegou impossibilidade de assumir a defesa, por estar cheio de atribuições.

Posteriormente, foi nomeado Dr. Julio Ottoni, que fora Promotor de Justiça no Rio de Janeiro. Após ser despedido, passou a atuar como advogado em parceria com J. Ferreira da Costa Braga.<sup>10</sup> Nos anos de 1888 e 1889, ele apareceu em vários eventos sociais na cidade do Rio de Janeiro relatados pela *Gazeta de Notícias*, como no 15º aniversário do Jockey Clube, onde foi o orador principal. Júlio era, também, filho do

9 Código Criminal – Lei de 19 de dezembro de 1830. – Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l16-12-1830.htm)

10 Tinha escritório na Rua da Quitanda nº 59 no centro do Rio de Janeiro.

senador Christianno Ottoni, do Partido Liberal, este foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870. Como Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, também signatário do Manifesto, retornaram ao Partido Liberal e se tornaram senadores do Império. Lafayette assumiu o posto de Presidente do Gabinete de Ministros no período de 24 de maio de 1883 a 6 de junho de 1884.

Em agosto de 1889, iniciou o “processo de culpa” na justiça presidido pelo juiz Luiz de Hollanda Cavalcanti, foi quando apareceu um novo defensor para Adriano Valle, Francisco Crysologo Ferreira Lima. Esse atuara em vários casos criminais na cidade, e grande parte dos clientes era de imigrantes (portugueses e espanhóis)<sup>11</sup>. Não conhecemos sua vida social. Através dos jornais pesquisados percebemos que suas defesas eram sempre vitoriosas. Não sabemos quem o remunerava<sup>12</sup>, pois segundo os jornais, Adriano Valle e seu pai eram pobres.

O jornalista Pardal Malet, republicano, foi convocado como testemunha, pois estava no “Maison Moderne”, no momento do “atentado”. Alguns diziam que ele havia incitado Adriano Valle a cometer o crime. Malet escreveu uma carta para a *Gazeta de Notícias*, onde se defendia e indicava o Adriano como uma vítima e que necessitava de “um amor fraterno” de todas as pessoas. Para ele, essa ajuda estava na atuação do advogado Ferreira Lima, “seu colega” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21 de julho de 1889: 1), e, este estaria com o “pobre” Adriano até o julgamento.

A defesa de Adriano Valle se uniu o literário, escritor, jornalista, advogado e político Eunápio Deiró. Esse tinha uma procuração do pai de Adriano para fazer parte da defesa. Fora Deputado Geral, por Minas Gerais, pelo Partido Conservador. Na década de 1880, era crítico literário no *Jornal do Commercio* (SACRAMENTO BLAKE, 1889). Na Questão Religiosa como deputado defendera os Bispos, sendo elogiado pelo jornal *O Apóstolo*. Em fevereiro de 1889, no sepultamento do Barão de Cotegipe, foi o principal orador, ou seja, Deiró era uma personalidade do Partido Conservador e da sociedade da carioca.

Nos altos do processo de Adriano do Valle, reproduzidos pela *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, não verificamos a defesa oral de Deiró, mas o fez através da publicação em 4 capítulos no jornal *Gazeta de Notícias*.

Os advogados de Adriano Valle não conseguiram impedir o avançar do processo e, em 9 de setembro de 1889, o juiz Hollanda Cavalcanti Albuquerque aceitou a denúncia de atentado contra as suas Majestades, o Imperador e a Imperatriz. O juiz assim definiu:

...Visto estes autos, etc. Julgo procedente a denúncia à folha 2, ficou provado no sumário; a vista do depoimento das testemunhas e confissão do réu em diversos interrogatórios, que, em 15 de julho do corrente ano, das onze a meia-noite, no

11 Coluna “Tribunais” da *Gazeta de Notícias*, 1885 à 1889.

12 A *Gazeta de Notícias*, no dia 25 de julho de 1888, em uma nota, anunciou a criação de um fundo para defesa de Adriano Valle iniciada pelo Doutor Raymundo Capella. Nesse dia, José Braga, Antônio Pereira e José Chave doaram 5\$000 (Cinco mil réis). Nas edições posteriores não houve mais notícia sobre esse fundo. Conseguimos apenas informação sobre o Capella, este era advogado e professor no Rio de Janeiro



Teatro Sant'anna...

Portanto pronuncio o réu Adriano Augusto do Valle com incurso no artigo 192, por dar-se a circunstância agravante do artigo 16 inciso 7º combinado com o artigo 34 tudo do código penal que o obriga a prisão e livramento.

O escrivão do júri, a quem este processo for distribuído, lance o nome do réu no rol dos culpados, ... Rio de Janeiro, 9 setembro, 1889 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10 de setembro de 1889: 1)

Importante observar a sentença do Juiz Hollanda Cavalcanti Albuguerque, a acusação principal está no artigo 192, que diz: “Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas ...” e no artigo 16 inciso 7º tem “Haver no ofendido a qualidade de ascendente, mestre, ou superior do delinquente, ou qualquer outra, que o constitua á respeito deste em razão de pai”. Dom Pedro II foi tratado como um homem comum “mestre ou superior”. O magistrado não utilizou nenhum artigo de crime contra o Estado ou o chefe de Governo que constam no Código Criminal (Capítulo II e III). Podemos aqui afirmar que há uma vitória republicana e da tese que os jornais defendiam.

Adriano foi, então, a júri popular. Nos recursos que os advogados fizeram não se levou em consideração a nacionalidade do acusado. Quando muito, utilizaram o termo “estrangeiro”, desta forma o ser “português” foi esquecido.

Durante o período da prisão e julgamento, não observamos nos jornais pesquisados, nenhuma relação estreita da colônia portuguesa, ou seus representantes, com os advogados de Adriano Valle. Com exceção, a Júlio Ottoni que, de acordo com o jornal *O Paiz*, se tornou sócio honorário da Sociedade Cooperativa Portuguesa. Essa estava sendo organizada:

Reuniu-se ontem o conselho deliberativo da Sociedade Cooperativa Portuguesa, sendo aprovado que tem que regê-la internamente.

Compareceram o sr. Dr. Júlio Ottoni, que, usando a palavra, a sua nomeação de sócio honorário dirigindo frases congratuladoras aos seus consócios... (O PAIZ, 16 setembro de 1889: 1)

Os recursos da defesa não foram aceitos e Adriano Valle foi levado a ser julgado por um júri em novembro de 1889. Entretanto, entre os recursos e o julgamento, aconteceu a mudança da forma de governo, com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a família Imperial foi levada para exílio.

No dia 24 de novembro de 1889, aconteceu o julgamento perante o júri. Os advogados propuseram que a grito de “Viva o Partido Republicano” não era mais relevante no processo uma vez que houve a mudança da forma de governo. Assim, Ottoni fixou-se em afirmar que Adriano não atirou contra as carruagens, pois nenhum dos cocheiros, nem os membros do piquete ouviram o disparo, bem como não havia marca de tiro nas carruagens. Já, Ferreira Lima defendeu que Adriano Valle havia “embrutecido” os sentidos devido o absinto e tomou uma atitude irracional.

O juiz Hollanda Cavalcanti fez 15 perguntas para os jurados, sendo a primeira “O acusado atirou no carro do imperador?” As demais estavam associadas a primeira. Após reunião o presidente do júri respondeu que “não”. As demais perguntas não tinham mais sentido. Adriano Valle foi então absolvido e solto<sup>13</sup>. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 de novembro de 1889: 1)

O jornal *O Apostolo* assim resumiu o julgamento em uma pequena nota:

Atentado contra o ex-imperador – na sessão do júri de 24 do corrente mês, foi absolvido por 10 votos Adriano do Valle, do atentado cometido contra a pessoa do ex-imperador Dom Pedro II, na noite do dia 15 de julho. (O APOSTOLO, 27 de novembro de 1889: 3)

A República vencedora e a colônia portuguesa seguiram suas vidas. Importa dizer que, durante o processo de acusação de Adriano Valle, sobretudo, a partir de setembro, a relação da imagem dos portugueses com a sua ação foi dissociada.

### 3 | CONCLUSÃO

Ao longo do período estudado observamos que os jornais se esforçaram em diminuir o ato político de Adriano Valle e transformá-lo em algo pessoal e irresponsável de um “moço”. A colônia portuguesa inicialmente percebeu que o “atentado” contra o Imperador afetaria sua aceitação dentro da sociedade carioca e do Império. Os portugueses eram uma importante força de trabalho e, sobretudo, faziam parte da elite econômica da cidade do Rio de Janeiro. Como estratégia, procuraram isolar Adriano Valle retirando-lhe sua nacionalidade e pátria.

Embora de propriedade de um português, observamos que *O Paiz* se preocupou mais em defender o Partido Republicano e a pessoa do seu chefe, Quintino Bocayuva, do que os portugueses. Já na *Gazeta de Notícias* houve uma defesa mais efetiva da colônia e do próprio Adriano Valle, lhe retirando a nacionalidade. O jornal tentou apresentar as várias vozes de apoio e de condenação dos representantes lusos ao “moço”.

Por causa da repercussão Adriano não ficou desamparado e a dissociação do atentado como um ato político ou de um português foi notado em todo o processo. O apoio não foi identificado, mas pelo resultado podemos supor as origens. No dia 24 de novembro o acusado ao ser libertado não era português e nem republicano.

### REFERÊNCIAS:

*Diário de Notícias* – 1894.  
*Gazeta de Notícias* – 1889.

---

13 Não encontramos mais indicação da atuação de Adriano Valle nos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*. O que poderia os leitores e este pesquisador a reconhecer que o “português” havia feito algo inconsequente, ou como o júri afirmou, não atirou contra o ex-Imperador. Entretanto, no *Diário de Notícias*, de 1894, Valle retorna a ser mencionado, fora pego pela polícia em uma tentativa de explodir uma ponte em uma revolta contra o governo republicano. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31 de outubro de 1894: 1)

*O Paiz* – 1889.

*O Apostolo* – 1889.

ALONSO, Angela. ***Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império***. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BADARÓ, Marcelo. ***Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca***. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

BARBOSA, Marialva. ***História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900***. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. ***A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a república***. São Paulo: Humanitas, 2008.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. ***O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888***. Tese de doutorado de História. Niterói: UFF, 2006.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. ***Dicionário Bibliográfico Brasileiro***. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

SARMIENTO, Érica (org.). ***E-imigração em debate: novas abordagens na contemporaneidade***. Niterói: Associação de Educação e Cultura (ASOEC), 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. ***História da Imprensa no Brasil***. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VIDIPÓ, George Luiz de Abreu. ***A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)***. Dissertação de Mestrado de História. Niterói: UNIVERSO, 2016.

\_\_\_\_\_. ***Burgos agrícolas e a pequena propriedade nos jornais do século XIX***. In: SARMIENTO, Érica (org.). ***E-imigração em debate: novas abordagens na contemporaneidade***. Niterói: Associação de Educação e Cultura (ASOEC), 2018, p. 9-21.

\_\_\_\_\_. ***Jornais Neutros do Rio de Janeiro no século XIX***. Belo Horizonte: 5º Encontro da Alcar Regional Sudeste, 2018. – Link: [http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/5o-encontro-2018/gt-historia-da-midia-imprensa/jornais-neutros-do-rio-de-janeiro-no-seculo-xix/at\\_download/file](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/5o-encontro-2018/gt-historia-da-midia-imprensa/jornais-neutros-do-rio-de-janeiro-no-seculo-xix/at_download/file) - acesso 06/11/2018.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**DENISE PEREIRA:** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-283-8

